



APRESENTAÇÃO

Este novo número da Revista da SEP é lançado sob os impactos iniciais do governo Jair Bolsonaro. Como era esperado, diante de tudo que a campanha e o período de transição já haviam anunciado, o governo se inicia com uma pauta conservadora que pode ter consequências profundas sobre a sociedade, em especial, a classe trabalhadora brasileira.

Em meio aos vários desacordos entre membros e apoiadores do governo – que renderam um dos inícios de mandato mais conturbados da história da República –, um carro chefe se anunciou rapidamente como elemento unificador: a proposta da reforma da previdência social. Se aprovada, dificultará o acesso à aposentadoria, ao prolongar o tempo de atividade e reduzir a valor do benefício, e penalizará os/as trabalhadores/as mais pobres. E apesar do “caso omissis” que a grande mídia tem feito, é preciso dizê-lo claramente: penaliza sobretudo os/as mais pobres, não só pelas alterações propostas para o pagamento do BPC e da aposentadoria rural, mas porque é mais prejudicial àqueles/as que ingressam mais cedo no mercado de trabalho, porque a instauração do regime de capitalização abre possibilidades para isenção da contribuição patronal, porque deixa o/a trabalhador/a que dependerá da previdência social sujeito/a aos humores do mercado e aos riscos da administração dos recursos para sua aposentadoria.

Mas, se na “opinião pública” defensores e descontentes com a reforma proposta ainda discutem quem perderá mais caso seja aprovada, o mesmo não se pode dizer daqueles que têm a ganhar: certo é que o grande setor beneficiado pela reforma proposta será o financeiro, que

disporá de um amplo mercado para a venda de planos de previdência privados, já que o regime de previdência por repartição será *na prática* extinto.

Desde a nossa perspectiva, as possibilidades de resistência a esta proposta – atualmente principal cimento entre as forças conservadoras do país – nos permitem entender como muito mais que mera casualidade o ataque recente às organizações sindicais, por meio da medida provisória que impõe autorização individual para que trabalhadores/as sindicalizados/as contribuam para seus sindicatos e determina que a contribuição se dê por meio de boleto bancário, desautorizando o desconto em folha. Tomadas essas mudanças em conjunto – ou ainda ampliando o escopo da análise para considerar também as propostas de endurecimento do aparato repressivo do Estado contra populações marginalizadas (como aparece na regulamentação do famigerado “excludente de ilicitude” para ações policiais) –, já é possível dizer que estamos diante do mais duro ataque à classe trabalhadora das últimas décadas.

Por outro lado, a coalizão que dá sustentação política ao governo Bolsonaro também mostra sinais de desgaste, tornando imprevisíveis os próximos lances. Com poucos dias de governo, a blindagem da grande mídia empresarial se despedaçou. Apenas para elencar alguns dos muitos episódios que não param de pulular nesses primeiros meses de governo, poderíamos lembrar: as evidências de práticas ilícitas no PSL, partido do Presidente, durante a contenda eleitoral de 2018; desacordos internos em diferentes pastas do governo (os mais evidentes no seio do MEC); a

continuidade do proselitismo conservador de campanha desmedido, mesmo quando ameaça interesses comerciais (como na política de alinhamento aos Estados Unidos e a Israel, contra os interesses do setor pecuário; ou no discurso da “Lava Jato da Educação”, que já criou descontentamento em gigantes do setor privado de educação etc.); a revelação das, digamos, relações nada republicanas do clã Bolsonaro com a milícia carioca. Diante do desconforto que causam a parte da burguesia nacional e dos conflitos de interesse que revelam, é difícil saber até quando esta burguesia estará disposta a apoiar este governo – especialmente caso ele não consiga aprovar na câmara sua proposta draconiana de reforma da previdência. Exatamente por isso é tempo de observar e, sobretudo, resistir.

Oportunamente, este número é aberto pelo artigo “Brasil: direita volver”, de Rosa Maria Marques. Nele, a autora procura traçar os condicionantes políticos e econômicos que levaram à ascensão de Bolsonaro à Presidência da República, bem como apontar para alguma perspectiva a partir dos elementos que constituem a (frágil) coalizão que lhe dá sustentação.

Em seguida, a Revista da SEP apresenta duas contribuições ao debate sobre o pensamento e a formação histórica do Brasil e da América Latina. Em “Caio Prado Júnior, o ‘sentido da colonização’ e seus desdobramentos teóricos”, Iderley Colombini revisita este importante autor naquilo que seria sua tese principal, “o sentido da colonização”. Colombini dialoga com outros importantes autores do pensamento brasileiro e sugere novas

perspectivas para o debate. Já no terceiro artigo, intitulado “Capitalismo histórico e formas de sociabilidade: uma hipótese sobre a formação do Brasil contemporâneo”, Fábio Pádua dos Santos revisita o debate sobre a formação capitalista do Brasil a partir das heranças do período colonial, acrescido da contribuição de autores da tradição marxista e do conceito de mercantilização da vida.

No quarto artigo, intitulado “Modos de vida, conocimiento y capitalismo en perspectiva histórico-estructural: para una crítica de la comunicación para el desarrollo en América Latina”, Mauricio Herrera-Jaramillo e Cesar Bolaño resgatam a relação cultura/desenvolvimento, presente na tese de Celso Furtado, para investigar a dependência cultural no processo de produção e nos modos de vida latino-americanos.

Em sequência, Vitor Bartoletti Sartori faz uma leitura do livro III de *O Capital* sob o olhar do Direito. No artigo “Fetichismo, transações jurídicas, socialismo vulgar e capital portador de juros: o livro III de *O capital* diante do papel ativo do Direito”, Bartoletti elabora uma interessante análise de como o estudo das formas econômicas autonomizadas do capital, em particular no capital portador de juros, pode iluminar o debate sobre o papel da esfera do direito na sociedade capitalista.

Finalizando a seção de artigos, em “Acumulação de capital e os ciclos da economia chinesa de 1952 a 2014: dois métodos de análise através das taxas de lucro das indústrias”,

Remy Herrera e Zhiming Long discutem a lei tendencial de queda da taxa de lucro para o caso específico da China. Para isto, os autores calculam a taxa de lucro industrial nos níveis micro e macroeconômico para o período 1952-2014, e debatem os desdobramentos e as interpretações a partir daí.

A edição é finalizada com a resenha do livro *Karl Marx: Grandeza e Ilusão*, de Gareth Stedman Jones, uma das várias biografias de Marx publicadas recentemente em português, sobretudo a título de comemoração pelo bicentenário do nascimento do autor. Na resenha, Marcelo Pereira Fernandes, além de apresentar a obra em tela, oferece elementos para problematizar algumas das interpretações de Jones, especialmente sua percepção sobre a influência de Engels.

Entre os dias 4 e 7 de junho deste ano, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) sediará o XXIV Encontro Nacional de Economia Política, com o tema “O Brasil nas disputas geopolíticas e econômicas mundiais”. O evento, bem como a presente edição da Revista da SEP, conta com o apoio financeiro da Coordenação para Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da UFES.

Comitê Editorial